

Efeitos de Transferências de Renda sobre o Emprego Formal em Maricá

João Paulo Lima*
Valeria Lúcia Pero†

2020

Resumo

Programas de garantia de renda, como a Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, tem o objetivo de possibilitar a redução da pobreza, fortalecer redes de segurança social, reduzir a desigualdade econômica e combater a incerteza no mercado de trabalho. Embora semelhante aos programas de transferência condicional, pouco se sabe sobre como uma renda básica permanente, implementada pelo governo, com benefícios tão significativos quanto os oferecidos em Maricá, afetaria os resultados sobre o emprego local. O objetivo deste trabalho é, portanto, avaliar o impacto do programa Renda Básica de cidadania em Maricá sobre o emprego, especificamente sobre o número de trabalhadores empregados formalmente. Com base nos dados da RAIS, foi aplicado o método de controle sintético para comparar a evolução do número de trabalhadores empregados em Maricá após a introdução da Renda Básica de Cidadania a um conjunto de municípios de controle que devem representar os resultados contrafactuais na ausência dos pagamentos da renda básica. Assim, foi observado um efeito positivo desse programa sobre o número de trabalhadores empregados formalmente na cidade.

Palavras-Chave: Transferência de renda, Mercado de Trabalho, Emprego, Maricá

Abstract

Income guarantee programs, such as the Basic Citizenship Income (RBC) of Maricá, aim to make possible to reduce poverty, strengthen social safety nets, reduce economic inequality and combat labor market uncertainty. Although similar to conditional transfer programs, little is known about how a permanent basic income, implemented by the government, with benefits as significant as those offered in Maricá, would affect the results on local employment. The objective of this work is, therefore, to evaluate the impact of the Citizen's Basic Income program in Maricá on employment, specifically on the number of workers formally employed. Based on RAIS data, the synthetic control method was applied to compare the evolution of the number of workers employed in Maricá after the introduction of the Citizen's Basic Income to a set of control municipalities that should represent the counterfactual results in the

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia (IE-UFRJ)

†Professora associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)

absence of payments of basic income. Thus, a positive effect of this program on the number of workers formally employed in the city was observed.

Keywords: Cash Transfers, Labor Market, Employment, Maricá

Área 13 - Economia do Trabalho

Código JEL: J21, J41, I38

1 Introdução

Se recebessem uma renda básica, as pessoas sairiam da força de trabalho, deixando assim a economia com menos produção total e, portanto, menos renda por pessoa em média? Embora muito do discurso em torno dos programas de transferência de renda esteja centrado na possível redução da oferta de trabalho, a teoria econômica é ambígua. Por um lado, transferências de renda podem criar desincentivos ao trabalho por duas razões principais. Em primeiro lugar, um efeito da renda pode levar os destinatários a trabalhar menos se o lazer for um bem normal. Em segundo lugar, transferências de renda podem diminuir oferta de trabalho se os beneficiários temerem perder o benefício caso trabalhem mais ou assumam funções mais bem remuneradas.

Por outro lado, são vários os mecanismos pelos quais transferências de renda podem aumentar a oferta de trabalho. Dar dinheiro as pessoas poderiam ajudar famílias a escaparem das clássicas armadilhas de pobreza permitindo-lhes ter um padrão de vida suficiente para serem trabalhadores produtivos. Em segundo lugar, uma injeção de dinheiro poderia reduzir as restrições de crédito para iniciar ou expandir um negócio. Na verdade, Ardington, Case e Hosegood (2009) mostram que a injeção de dinheiro de pensão social para idosos na África do Sul fez com que os adultos em idade avançada tivessem maior emprego. Por fim, o dinheiro adicional pode ter efeitos de transbordamento nas regiões pobres, ao fornecer renda que pode gerar aumentos nas vendas das empresas locais.

Programas de garantia de renda, como a Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, tem o objetivo de possibilitar a redução da pobreza, fortalecer redes de segurança social, reduzir a desigualdade econômica e combater a incerteza no mercado de trabalho. Trata-se de um tipo transferência de renda que compartilha diversas propriedades com transferências condicionais já testadas e avaliadas ao longo da última década, portanto, este trabalho está relacionado a estudos sobre os efeitos desses programas na oferta de trabalho.

Banerjee et al. (2017) elaboraram uma meta-análise de avaliações de programas de transferência, concluindo que a oferta geral de trabalho parece não ter sido afetada por sete grandes programas de transferências condicionais de renda, principalmente na América Latina. Em muitos casos, embora não em todos, essas análises baseiam-se em uma estrutura que se concentra nas respostas da oferta de trabalho, enquanto o presente trabalho sugere que os fatores de equilíbrio geral podem ser importantes.

Os estudos que encontram um efeito tendem a encontrar efeitos no tipo de trabalho realizado, em vez da quantidade total de trabalho. Por exemplo, vários estudos documentaram uma mudança do trabalho formal para o informal em programas que excluem explicitamente os trabalhadores formais (BANERJEE et al., 2017). Transferências direcionadas aos trabalhadores informais desencorajam a formalização. Evidências da Bolsa Família no Brasil, do programa Plano de Atenção Nacional a la Emergência Social (PANES) no Uruguai e do AUH na Argentina apoiam essa hipótese (FOGUEL; BARROS, 2010; BRAUW et al., 2015; RIBAS; SOARES, 2011; BRAUW et al., 2015; AMARANTE; BRUN, 2018; GARGANTA; GASPARINI, 2015). Esses estudos encontram uma redução no

trabalho formal; quando os dados estão disponíveis, eles também não encontram nenhum efeito geral no trabalho.

Especificamente sobre o Programa Bolsa Família, evidências sugerem que o programa contribuiu para redução dos níveis de pobreza e desigualdade, melhorias na nutrição e na saúde, aumento da frequência e diminuição do insucesso escolar, sem redução da oferta de mão-de-obra (SOUZA et al., 2019).

Tavares (2010) analisa a possível existência de um incentivo adverso à oferta de trabalho das mães beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF). O resultado mostrou que ser beneficiária aumenta a participação das mães no mercado de trabalho.

Brauw et al. (2015) avaliaram o impacto do PBF na oferta de trabalho domiciliar, através da participação na força de trabalho e no número de horas trabalhadas. Não foram encontrados impactos expressivos do Bolsa Família na participação na força de trabalho nem sobre o número de horas de trabalho pelos indivíduos integrantes das famílias, mas encontraram uma mudança altamente significativa nas horas de trabalhos de famílias que saíram do setor formal para o setor informal.

Foguel e Barros (2010) também analisaram os efeitos de Transferências de Renda Condicionais sobre a oferta de trabalho. Os resultados encontrados indicaram que os efeitos não são significativos na taxa de participação feminina no mercado de trabalho e para os homens o efeito sobre a taxa de participação é positiva, mas muito pequeno.

Embora semelhante aos programas de transferência condicional, pouco se sabe sobre como uma renda básica permanente, implementada pelo governo, com benefícios tão significativos quanto os oferecidos em Maricá, afetaria os resultados sobre o emprego. Por não se tratar de um experimento ou piloto, mas sim de uma política perene, é uma tarefa difícil avaliar os impactos ou entender as mudanças nas trajetórias socioeconômicas das famílias beneficiadas.

Como um raro exemplo de um programa de renda totalmente incondicional, o governo iraniano concede um pequeno dividendo a todos os cidadãos. Os economistas Salehi-Isfahani e Mostafavi-Dehzoeei (2018) estudaram este programa e não encontraram impacto na oferta geral de trabalho. Em outro estudo, Jones e Marinescu (2018) analisam o impacto sobre a oferta de trabalho do maior programa de transferência universal incondicional dos EUA, o Fundo Permanente do Alasca. O Fundo Permanente do Alasca originou-se na década de 1970 e geralmente concede entre \$ 1000 e \$ 2000 anualmente por residente como dividendo sobre os royalties do petróleo. Jones e Marinescu analisaram os dados de 1979-2015 do Alasca e outros estados dos EUA durante o mesmo período para estimar o "Alasca sintético", uma projeção de como seria a oferta de trabalho do Alasca na ausência do programa. Os resultados sugerem que a oferta geral de trabalho não foi afetada e, de fato, aumentou um pouco para os trabalhadores de tempo parcial.

O objetivo deste trabalho, portanto, é avaliar o impacto do programa Renda Básica de cidadania em Maricá sobre o emprego, especificamente sobre o número de trabalhadores empregados. Visto que o benefício não atinge toda população, não é a finalidade deste estudo avaliar o impacto sobre a decisão individual, entretanto acredita-se que a infusão de renda e consumo realizada pelo programa teve efeitos que transbordaram para os demais habitantes da cidade, algo que poderia se traduzir em mais empregos.

Além da presente introdução, o trabalho apresenta uma segunda seção que trata da conjuntura de políticas para o desenvolvimento do município e da cronologia de elaboração da Renda Básica de Cidadania até o atual formato. A terceira seção descreve a estratégia empírica para acessar a causalidade do programa, assim, será utilizado o método de controle sintético para que seja possível avaliar os resultados sobre o emprego na cidade de Maricá.

Em seguida, é feita uma breve descrição dos dados e variáveis utilizados. A quinta seção apresenta os resultados obtidos para o número de empregados, proporção de mulheres e proporção de não-brancos. Por fim, a conclusão apresenta uma discussão dos principais resultados do trabalho.

2 Contexto Institucional

Maricá é uma cidade com cerca de 160.000 habitantes localizada no litoral do estado do Rio de Janeiro. Com receitas obtidas a partir campos de petróleo do pré-sal, Maricá implementou um programa de renda básica como parte de um plano maior de desenvolvimento econômico chamado Economia Solidária. O plano inclui um fundo soberano, onde eles depositam pelo menos 5% dos royalties do petróleo, um banco comunitário e uma moeda digital, a mumbuca, que deve seu nome a um pequeno rio que corta o centro da cidade.

O programa de transferência de renda “Renda Mínima Mumbuca” foi criado em 2013 pela Lei de Economia Solidária (Lei Municipal no 2.448), cujo propósito era minimizar as desigualdades sociais de forma parecida com o programa Bolsa Família. Foram criadas a Moeda Social *Mumbuca* e o banco comunitário Mumbuca, que desde o início serviram como estrutura de meio de pagamento do benefício. A Prefeitura – através de um Termo de Cooperação Técnica – financia todos os custos operacionais do banco comunitário. A moeda, emitida pelo Banco Mumbuca em Maricá, possui paridade com o real e só pode ser usada localmente. Tal fato impede que existam transbordamentos diretos do programa para cidades vizinhas. É possível manter mumbucas em uma conta do Banco Mumbuca, ou gastá-las com cartão e QR code, mas não é possível realizar a conversão para o real. (PEREIRA et al., 2020)

Antes de ser aprovado pela Câmara Municipal, o projeto previa o pagamento de R\$ 50,00 convertidos em mumbucas para cerca de oito mil famílias cadastradas no Cadastro Único. Com a aprovação da Lei de Economia Solidária, o programa de transferência de renda estabelecido iria pagar R\$ 70,00 por mês para famílias com renda familiar na faixa de 1 salário mínimo. Inicialmente, cerca de 400 famílias foram beneficiadas logo após a inauguração do programa, com mais 3.500 cadastradas para receber o benefício.

Em 2015, o programa foi expandido. A faixa de renda familiar passou a ser de 3 salários mínimos, se enquadrando na faixa de renda familiar do Cadastro Único. O valor passou a ser de R\$ 85,00 mensais e foram criadas duas outras modalidades que beneficiavam públicos específicos: o Renda Mínima Gestante, no valor de 85 mumbucas R\$ 85,00; e o Renda Mínima Jovem Solidário, no valor de R\$ 100,00. O Renda Mínima Mumbuca era direcionado ao responsável familiar, e o Renda Mínima Gestante era focalizado nas mulheres em período de gestação e ia até o nascituro completar um ano. Já o Renda Mínima Jovem Solidário era direcionado a pessoas entre 14 e 29 anos. Ademais, também em 2015, foi criado o Programa Renda Básica da Cidadania, pensado como um direito universal. O programa iniciou com o pagamento de R\$ 10,00 a todos os quatorze mil beneficiários dos programas de Renda Mínima do município.

Em 2017, os valores foram atualizados. Os Programas de Renda Mínima passaram a pagar R\$ 110,00 e o Renda Básica da Cidadania passou a pagar R\$ 20,00 - R\$ 130,00 somados. Nesse mesmo ano, também foi criado o Programa Mumbuca Indígena, que pagava 300 mumbucas (equivalente a R\$ 300,00) a todos os moradores das duas aldeias localizadas no município.

Em 2019, o programa Renda Mínima é incorporado ao novo programa de Renda Básica de Cidadania e, mais importante, o benefício passa de um pagamento mensal de

R\$130 por domicílio para um pagamento mensal de R\$130 por indivíduo. As condições de entrada no programa são morar há pelo menos três anos no município e pertencer a domicílios com renda familiar mensal de até três salários mínimos (R\$3.135), não existindo nenhuma exigência a ser cumprida para permanência e nenhuma previsão de saída, uma vez beneficiário. Com essa expansão, um em cada quatro residentes do município passam a ser beneficiados pelo programa - cerca de 42,5 mil pessoas.

3 Estratégia Empírica

O objetivo é comparar a evolução do número de trabalhadores empregados em Maricá após a introdução da Renda Básica de Cidadania a um conjunto de municípios de controle que devem representar os resultados contrafactuais na ausência dos pagamentos da renda básica. Em relação às abordagens típicas de Diferença em Diferenças (DD), que apresentam várias unidades de tratamento, o desafio é construir um contrafactual para exatamente uma cidade, portanto, será adotado o método de controle sintético de Abadie, Diamond e Hainmueller (2010).

Os métodos de controle sintético envolvem a construção de uma unidade de controle com combinações de várias unidades de controle. Os pesos que definem a unidade de controle sintético são escolhidos de forma que essa unidade melhor se aproxime das características relevantes da unidade tratada durante o período de pré-tratamento. Os resultados pós-intervenção para a unidade de controle sintético são então usados para estimar os resultados que teriam sido observados para a unidade tratada na ausência da intervenção. Abadie et al. (2010) fornecem uma discussão formal das propriedades teóricas do método de controle sintético.

Partindo de um painel com $J + 1$ unidades de análise (cidades). Sem perda de generalidade, assume-se que a primeira unidade ($j = 1$) é a unidade tratada, ou seja, a unidade afetada pela política em questão. As unidades $j = 2$ a $j = J + 1$ constituem o conjunto de doadores, isto é, uma reserva de potenciais unidades de comparação.

Para cada unidade, e período, t , define-se Y_{jt}^N como o resultado potencial sem intervenção. Para a unidade afetada pela intervenção, $j = 1$, e um período pós-intervenção, $t > T_0$, define-se Y_{1t} como o resultado potencial sob a intervenção. Então, o efeito da intervenção para a unidade afetada no período t (com $t > T_0$) é:

$$\alpha_{1t} = Y_{1t} - Y_{1t}^N \quad (1)$$

onde, dado um conjunto de pesos $W = (w_1, \dots, w_{J+1})$:

$$\hat{Y}_{1t}^N = \sum_{j=2}^{J+1} w_j Y_{jt} \quad (2)$$

Portanto, procura-se um conjunto de pesos, $W^* = (w_1, \dots, w_{J+1})$, a fim de combinar os resultados não tratados entre as cidades de controle e fornecer uma aproximação razoável para o contrafactual. Abadie, Diamond e Hainmueller (2010) propõe escolher o controle sintético que minimiza:

$$\|X_1 - X_0 W\| = \left(\sum_{h=1}^k v_h (X_{h1} - w_2 X_{h2} - \dots - w_{J+1} X_{hJ+1})^2 \right)^{1/2} \quad (3)$$

sujeito à restrição de w, \dots, w_{J+1} são não negativos e somam um. Assim, o efeito de tratamento estimado para a unidade tratada no tempo $t = T_0 + 1, \dots, T$ é:

$$\hat{\alpha}_{1t} = Y_{1t} - \sum_{j=2}^{J+1} w_j^* Y_{jt} \quad (4)$$

As constantes positivas v_1, \dots, v_k em (3) refletem a importância relativa dos valores reproduzidos pelo controle sintético de cada um dos k preditores para a unidade tratada, X_{11}, \dots, X_{k1} .

Na prática, será reportada a diferença média entre a unidade de tratamento e o controle sintético durante o período em que as transferências de renda estão em vigor no município de Maricá (o período de tratamento):

$$\hat{\alpha}_1 = \frac{1}{T - T_1} \sum_{t=T_1}^T \hat{\alpha}_{1t} \quad (5)$$

Abadie (2019) propõem técnicas inferenciais para o método de controle sintético que procedem por meio da realização dos chamados estudos de placebo. O princípio básico é aplicar iterativamente o método de controle sintético reatribuindo aleatoriamente a intervenção entre unidades controle para produzir um conjunto de efeitos de placebo. Posteriormente, pode-se comparar o conjunto de efeitos do placebo com o efeito que foi estimado para o tempo e a unidade em que a intervenção realmente ocorreu. Esta comparação é informativa sobre a raridade da magnitude do efeito do tratamento que foi observada para a unidade tratada.

Para calcular a significância dos resultados, define-se $\hat{\alpha}_{ct}$ como a estimativa para as cidades com tratamento placebo no ano t . Em seguida, é conduzido um teste com hipótese nula de nenhum efeito na cidade tratada, comparando a estimativa observada para $c = 1$ e o ano de tratamento $t = 2013$, com a distribuição empírica das estimativas de placebo. Assim, é definido o p-valor.

4 Dados e Variáveis

Foi construído um painel a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2002 a 2019 somados aos dados do IBGE sobre o Produto Interno Bruto dos Municípios de 2002 a 2017, também foram adicionadas estimativas realizadas pelo IBGE para o tamanho da população de 2002 a 2019. A base de dados da RAIS é originária dos registros administrativos do Ministério do Trabalho utilizados para acompanhar a arrecadação de contribuições e a distribuição de benefícios previstas na legislação trabalhista. Instituída em 1975, a RAIS representa, praticamente, um censo anual do mercado formal brasileiro, enquanto todas as organizações legais (privadas e públicas) são obrigadas a declará-la.

Para desenvolver o controle sintético, foram utilizados dados dos municípios do Estado do Rio de Janeiro com mais de 30 mil habitantes, totalizando 52 cidades e 936 observações. A principal variável de interesse é o número de trabalhadores empregados, representado pela quantidade de vínculos empregatícios ativos na RAIS no mês de dezembro de cada ano. Também foram observadas a evolução da proporção de mulheres entre os empregados formais e de não-brancos, compostos majoritariamente por pretos e pardos.

Foram selecionadas como controle as variáveis, salário médio de 12 meses, idade média dos empregados ativos, taxa de emprego, valor adicionado pelo setor de serviços per capita, valor adicionado pela indústria per capita e PIB per capita.

5 Resultados

Em primeiro lugar serão analisados os resultados para o número de trabalhadores empregados formalmente em Maricá, em seguida serão verificadas possíveis mudanças no perfil do emprego formal da cidade, no que diz respeito a gênero e raça. Por fim, a robustez dos resultados será avaliada através de estudos placebos.

A tabela 1 compara os valores dos preditores pré-tratamento para a unidade tratada, a unidade de controle sintético e todas as unidades na amostra.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas pré-tratamento

	Treated	Synthetic	Sample Mean
tx.emplo	0.09	0.11	0.18
prop.superior	0.18	0.14	0.13
prop.mulheres	0.43	0.43	0.41
va.industria.capita	13.72	10.38	9.88
va.servicos.capita	8.93	8.24	10.88
pib.percapita	27747.70	25469.01	28001.59
idade.med	35.82	36.24	36.11
salario.med	1127.88	1140.59	1304.82
prop.nbranco	0.48	0.49	0.54

5.1 Efeito da RBC sobre a quantidade de trabalhadores formais

A Figura 1 mostra a trajetória do número de trabalhadores empregados formalmente em Maricá em contraste com o controle sintético construído a partir dos outros municípios do Rio de Janeiro. O controle sintético reproduz a trajetória de Maricá de maneira ajustada, como era esperado durante o período pré tratamento. A partir de 2013 é possível observar que a quantidade de trabalhadores em Maricá supera a quantidade de trabalhadores na ausência do tratamento, ou seja, existe um efeito do tratamento sobre a unidade tratada. A maior diferença se dá a partir de 2016 quando a Renda Básica passa a complementar o programa de Renda Mínima.

Para verificar a significância do tratamento, são construídos ensaios placebos para cada um dos municípios da amostra. A Figura 2 representa a diferença entre cada município de “tratamento” e seu controle sintético. O município de tratamento real, Maricá, é destacado em preto, enquanto os demais placebos são plotados em cinza.

Usando placebos, é possível avaliar os resultados de várias maneiras. Em primeiro lugar, são calculados os erros quadráticos médios de previsão (MSPE) da unidade tratada e cada placebo no período pré-tratamento e pós-tratamento. A razão entre o MSPE pós e pré tratamento é ilustrada na Figura 3. Essa razão indica que no período pré tratamento o controle sintético conseguia prever bem o resultado de Maricá, mas no período pós tratamento existe uma diferença entre o controle sintético e a cidade tratada.

Tabela 2 – Efeito do tratamento sobre a unidade tratada

	$\hat{\alpha}_{12014}$	$\hat{\alpha}_{12015}$	$\hat{\alpha}_{12016}$	$\hat{\alpha}_{12017}$	$\hat{\alpha}_{12018}$	$\hat{\alpha}_{12019}$	$\hat{\alpha}_1$	p-valor
Trab. Formais	1918.4	2397.5	1104.5	6464.8	7844.2	9247.4	4829.4	0.03
Prop. Mulheres	-0.02	-0.02	-0.04	-0.04	-0.05	-0.06	-0.04	0.02
Prop. Negros	0.02	0.04	-0.01	0.05	0.06	0.05	0.03	0.17

Os efeitos do tratamento sobre a unidade tratada são reportados na tabela 2, onde é possível observar os $\hat{\alpha}$ para cada ano e por fim a média dos anos pós tratamento. O

Figura 1 – Número de Trabalhadores Formais Ativos, 2002-2019

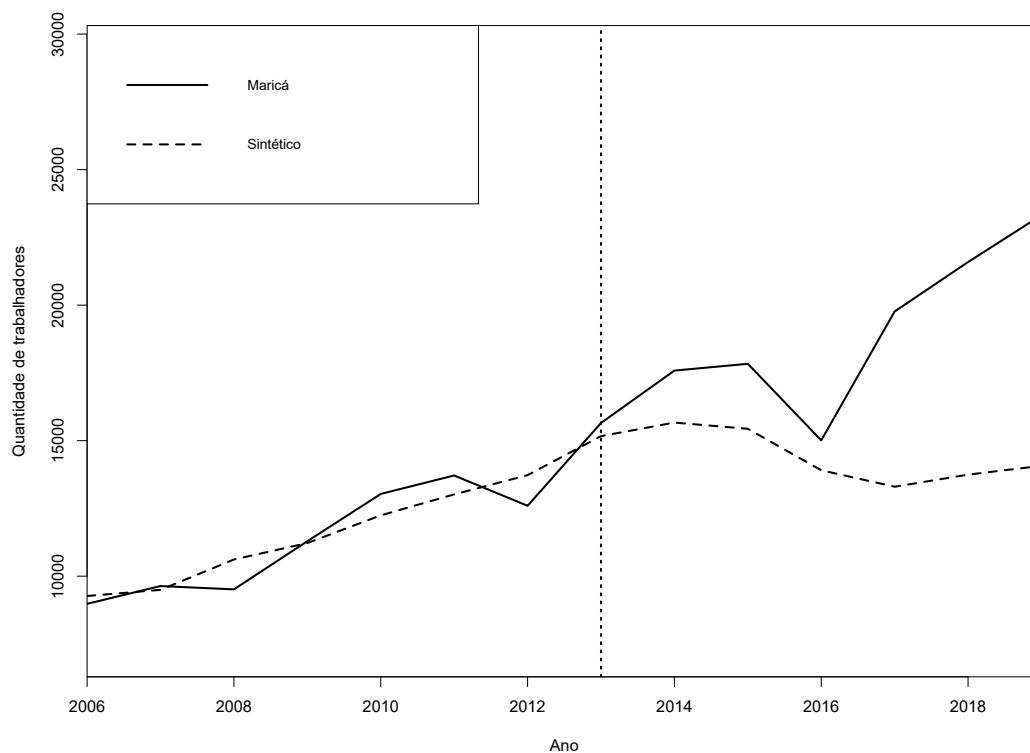


Figura 2 – Diferença de Trabalhadores Formais Ativos, 2002-2019

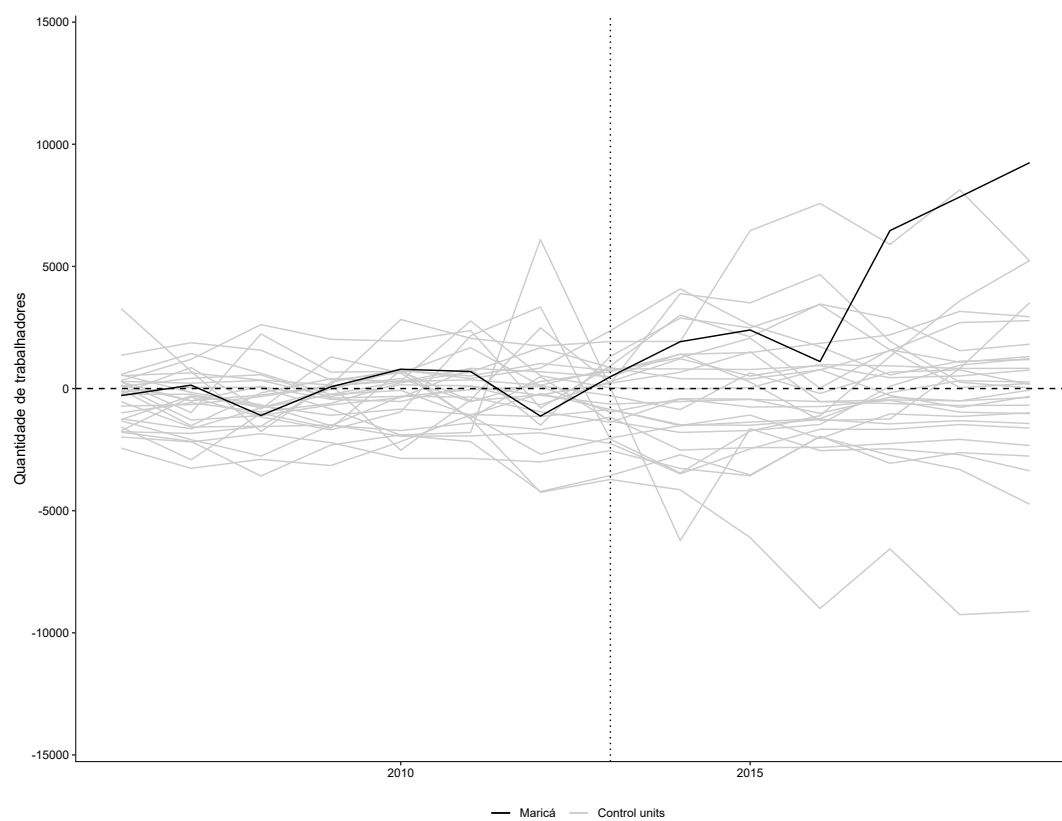


Figura 3 – Erro quadrático médio, pós-tratamento/pré-tratamento. Emprego Formal



programa de renda básica fez com que Maricá tivesse em média 4829 empregos formais a mais do que teria se não tivesse implementado essa política - conjuntamente com outras políticas auxiliares. Esse efeito médio é significativo a 5%.

5.2 Efeito da RBC sobre a proporção de mulheres e negros empregados formalmente

Visto que a RBC teve um efeito positivo sobre o número de empregados formais do município, o objetivo agora é identificar se houve algum impacto sobre a composição do emprego, especificamente sobre gênero e raça.

Na figura 4 está representada trajetória da proporção de mulheres entre os empregados formais em Maricá e no controle sintético. É possível observar uma sutil queda na proporção de mulheres em relação ao controle após a implementação dos programas de transferência de renda. Os placebos estão representados na figura 5, indicando um impacto da implementação das políticas sobre a participação de mulheres no mercado de trabalho. É importante informar que o número de mulheres empregadas no setor formal da cidade não diminuiu, em 2013 eram cerca de 7000 mulheres empregadas e em 2019 eram 9500. Dessa forma não é possível afirmar que as mulheres deixaram o mercado de trabalho, mas que a taxa de crescimento do emprego para mulheres foi menor que para homens. Também é necessária uma avaliação mais aprofundada ao nível individual para inferir possíveis motivos para a diminuição observada.

Por fim, é avaliado o impacto da RBC sobre a proporção de não-brancos - grupo majoritariamente composto de pretos e pardos - empregados no município de Maricá. A Figura 6 mostra as trajetórias da proporção de não entre os empregados formais em Maricá e no controle sintético. Tanto essas séries quanto os placebos da Figura 7 seguem trajetórias similares, de forma que o efeito do tratamento sobre a unidade tratada não é significativo. Assim, não se observam mudanças específicas que favoreçam diretamente grupos raciais determinados.

Figura 4 – Proporção de mulheres empregadas formalmente, 2002-2019

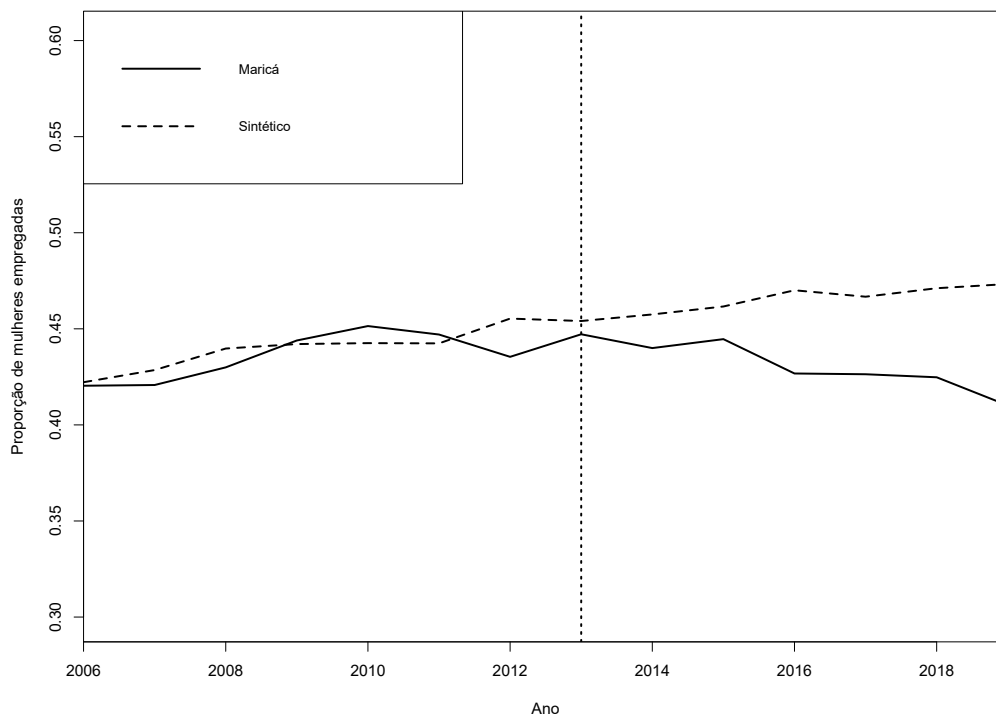


Figura 5 – Proporção de mulheres empregadas formalmente, 2002-2019

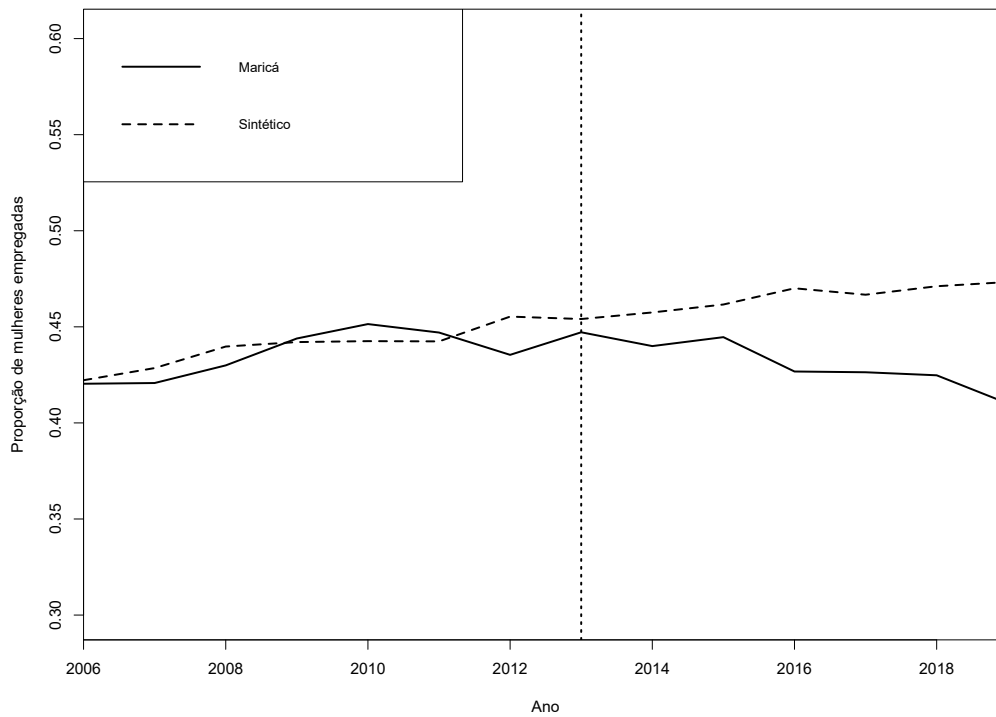
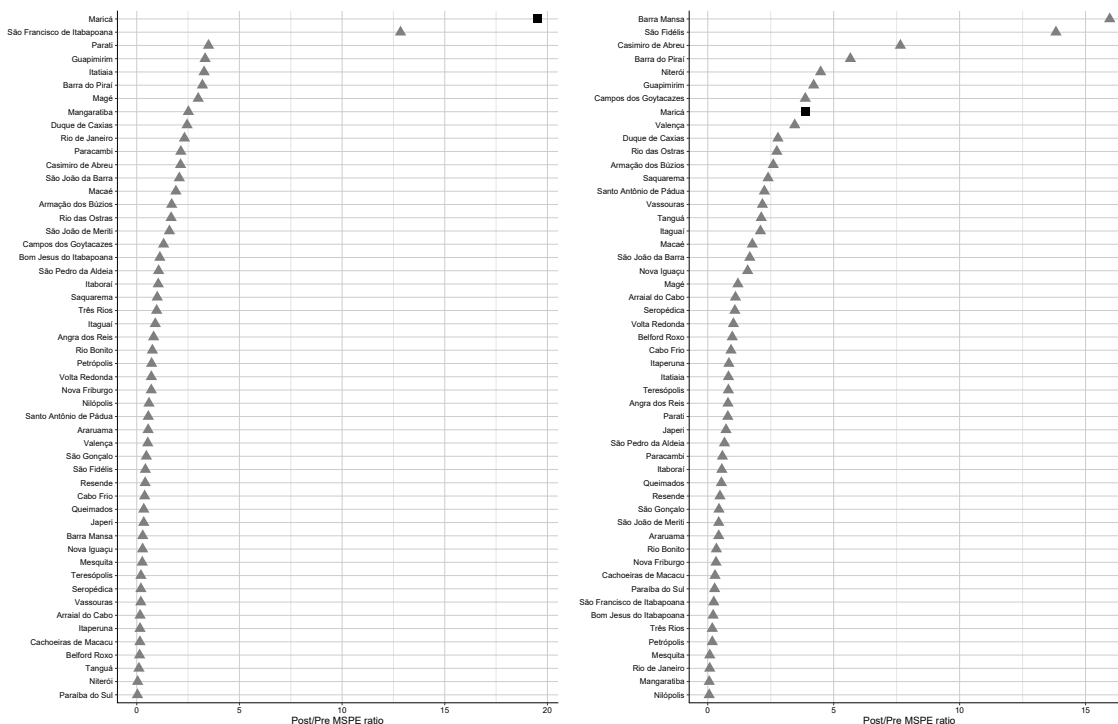


Figura 6 – Erro quadrático médio, pós-tratamento/pré-tratamento



(a) prop. Mulheres

(b) prop. Não-Brancos

As figuras 6b e 6c mostram as razões entre os erros quadráticos médios pós e pré tratamento. Para a proporção de mulheres a razão é alta, indicando que o tratamento alterou a trajetória da série. Para a proporção de não-brancos, a razão não difere muito de outros municípios onde o tratamento foi apenas um placebo.

Os efeitos do tratamento sobre Maricá para a proporção de mulheres são significativos, a cidade tinha em 2019 uma proporção 6% menor de mulheres do que teria na ausência dos programas. Já o efeito sobre a proporção de não brancos não são significativos a 10%.

6 Conclusão

Utilizando o controle sintético como método, este estudo teve como finalidade avaliar o impacto das políticas de transferência de renda implementadas pela prefeitura de Maricá no estado do Rio de Janeiro sobre o emprego formal local. Assim, foi observado um efeito positivo dessas políticas sobre o número de trabalhadores empregados formalmente na cidade, de modo que ao final de 2019 Maricá tinha cerca de 9200 empregos a mais do que teria na ausência dos programas, sendo 4829 empregados formais em média ao longo dos seis anos. A proporção de mulheres empregadas diminuiu em decorrência dos programas implantados, indicando efeito maior sobre o emprego formal dos homens. A proporção de empregados não-brancos não foi afetada.

Por conta da diversidade das políticas implementadas na cidade em um espaço relativamente curto de tempo, é difícil precisar qual foi a importância relativa de cada política, mas de fato os dados indicam que o conjunto de políticas de transferência de renda iniciado em 2013 é responsável pelos resultados observados no mercado de trabalho.

Por fim, os resultados desse estudo demonstram que políticas localizadas de transferência de renda mais amplas e com benefícios maiores, tem um papel importante na evolução do mercado de trabalho de uma cidade.

Referências

ABADIE, A. Using synthetic controls: Feasibility, data requirements, and methodological aspects. *Journal of Economic Literature*, 2019. Citado na página 6.

ABADIE, A.; DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of california's tobacco control program. *Journal of the American statistical Association*, Taylor & Francis, v. 105, n. 490, p. 493–505, 2010. Citado na página 5.

AMARANTE, V.; BRUN, M. Cash transfers in latin america: Effects on poverty and redistribution. *Economía*, JSTOR, v. 19, n. 1, p. 1–31, 2018. Citado na página 2.

ARDINGTON, C.; CASE, A.; HOSEGOOD, V. Labor supply responses to large social transfers: Longitudinal evidence from south africa. *American economic journal: Applied economics*, v. 1, n. 1, p. 22–48, 2009. Citado na página 2.

BANERJEE, A. V. et al. Debunking the stereotype of the lazy welfare recipient: Evidence from cash transfer programs. *The World Bank Research Observer*, Oxford University Press, v. 32, n. 2, p. 155–184, 2017. Citado na página 2.

BRAUW, A. D. et al. Bolsa família and household labor supply. *Economic Development and Cultural Change*, University of Chicago Press Chicago, IL, v. 63, n. 3, p. 423–457, 2015. Citado 2 vezes nas páginas 2 e 3.

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. d. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of brazilian municipalities. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, SciELO Brasil, v. 40, n. 2, p. 259–293, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 2 e 3.

GARGANTA, S.; GASPARINI, L. The impact of a social program on labor informality: The case of auh in argentina. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 115, p. 99–110, 2015. Citado na página 2.

JONES, D.; MARINESCU, I. *The labor market impacts of universal and permanent cash transfers: Evidence from the Alaska Permanent Fund*. [S.l.], 2018. Citado na página 3.

PEREIRA, A. S. et al. As políticas públicas de economia solidária no município de maricá/rj. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Citado na página 4.

RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. Is the effect of conditional transfers on labor supply negligible everywhere. *Unpublished manuscript, Tinker Fellowship, Center for Latin American and Caribbean Studies, University of Illinois at Urbana-Champaign*, 2011. Citado na página 2.

SALEHI-ISFAHANI, D.; MOSTAFAVI-DEHZOOEI, M. H. Cash transfers and labor supply: Evidence from a large-scale program in iran. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 135, p. 349–367, 2018. Citado na página 3.

SOUZA, P. H. de et al. *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos*. [S.l.], 2019. Citado na página 3.

TAVARES, P. A. Efeito do programa bolsa família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e sociedade*, SciELO Brasil, v. 19, n. 3, p. 613–635, 2010. Citado na página 3.